

VOTO – VOGAL

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em face dos arts. 1º, *caput* e 15, *caput* e §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 97/1999.

O partido almeja, em apertada síntese, afastar interpretação inconstitucional dos referidos dispositivos segundo a qual as Forças Armadas estariam autorizadas a atuar como espécie de poder moderador da República, cabendo-lhes a prerrogativa de dirimir, com fulcro em leitura insólita do art. 142 da Constituição, eventuais conflitos entre os Poderes constituídos.

Na linha do que pontuou o Ministro Flavio Dino, também eu vejo com alguma perplexidade que esta Suprema Corte esteja obrigada a, na atual quadra histórica, ter de afastar certas pretensões que seriam consideradas esdrúxulas na vasta maioria das democracias constitucionais do planeta. **Diante de tudo o que temos observado nesses últimos anos, todavia, faz-se necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal para reafirmar o que deveria ser óbvio: o silogismo de que a nossa Constituição não admite soluções de força.**

A esse respeito, considero particularmente apropriado que tenhamos a incumbência de fazê-lo por ocasião da efeméride de 60 anos do último golpe militar de nossa história republicana, concluído em 1º de abril de 1964 e por meio do qual restou instaurado regime autocrático que vigeu por mais de vinte anos, período de arbítrio e obscurantismo que só foi definitivamente superado com o advento da Constituição de 1988.

Essa data infame, diga-se de passagem, ainda hoje tem sido objeto de comemorações por parte de grupos e indivíduos que insistem em fazer tábula rasa de nossa história constitucional, como se o regime ditatorial instaurado em 1964 por obra das Forças Armadas representasse algo ser celebrado ou como se a ordem democrática instituída em 1988 justamente em contraposição a este estado autocrático de coisas devesse conviver com o enaltecimento de golpes militares e iniciativas de subversão ilegítima da ordem. Em tempos recentes, aliás, celebrações desse jaez contaram com o beneplácito de parcela do poder público, vindo a ser autorizadas e incentivadas pelo próprio Poder Executivo – comportamento inconstitucional que ainda carece da devida correção e reprimenda.

Nada obstante, é preciso que se diga que manifestações dessa

natureza não surgiram ou se intensificaram no vácuo. Pelo contrário, constituem desdobramento de um fenômeno recente de retomada, por parte das altas cúpulas militares, de considerável protagonismo político – processo que se dá ao arrepio da norma constitucional e que tem como um de seus principais objetivos ideológicos tornar preponderante a despropositada interpretação do art. 142 da Constituição reeditada nos últimos anos e combatida nestes autos.

Nos termos do art. 142 da Constituição, *“as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”*.

Em contraposição ao pretorianismo característico do regime ditatorial iniciado em 1964, a ordem constitucional de 1988 logrou êxito em construir mecanismos institucionais capazes de, a um só tempo, garantir a hegemonia do poder civil, bem como preservar a integridade das Forças Armadas enquanto instituições permanentes de Estado, cuja atuação se dá sempre a serviço dos poderes (civis) constituídos e na forma estrita da lei.

O próprio *caput* do art. 142 da Constituição, apesar de ter mantido a atribuição das Forças Armadas de garantia da lei e da ordem – principal reivindicação dos militares à época da Constituinte –, bem as definiu não como integrantes de poder autônomo, mas como *“instituições nacionais permanentes e regulares”*. Nas palavras do eminente Relator, tal ordem de ideias importa na qualificação constitucional das Forças Armadas *“como órgãos de Estado, e não de governo, indiferentes às disputas que normalmente se desenvolvem no processo político”*.

A principal inovação redacional do art. 142 em relação ao dispositivo correspondente da carta autocrática de 1969 diz respeito à fórmula *“por iniciativa de qualquer destes”*, que condiciona a atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem à iniciativa dos poderes constituídos. **Tal construção, longe de veicular autorização para que qualquer dos poderes constituídos se valha das Forças Armadas para induzir a cizânia em face de outro poder constitucional, como aparentemente sustentam os partidários da heterodoxa interpretação combatida nestes autos, representa, ao invés, a positividade expressa da submissão das Forças Armadas aos poderes civis e ao império da lei.** Daí porque, como bem destacou o Ministro Flavio Dino em seu voto, *“não existe, no nosso*

regime constitucional, um 'poder militar'. O PODER é apenas civil, constituído por TRÊS ramos unidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna".

Em semelhante sentido, outros dispositivos constitucionais cuidaram de bem apartar a atividade militar das atividades político-partidárias e das demais funções de Estado, reservadas preponderantemente ao exercício por civis. É o caso, por exemplo, das normas contidas nos incisos IV e V do §3º do art. 142, que vedam aos militares a sindicalização, a greve e, enquanto em serviço ativo, a filiação a partidos políticos. É também o caso da norma contida no §8º do art. 14, que veda a candidatura do militar em atividade, determinando, em qualquer caso, a passagem para a inatividade do militar eventualmente eleito.

Todos esses mecanismos constitucionais se fizeram acompanhar da adoção, no pós-1988, de uma série de práticas institucionais que densificaram a diretriz constitucional de preponderância do poder civil na condução política nacional. Dentre estas, uma das mais significativas foi a criação, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, do Ministério da Defesa, que se deu por meio da Lei Complementar 91/1999 e da Emenda Constitucional 23/1999. Mais do que a mera integração das Forças Armadas, a iniciativa provou-se um importante mecanismo de submissão dos assuntos militares à condução e fiscalização pelo poder civil. Não por acaso, adotou-se o costume de nomeação de civis para o cargo de Ministro de Estado da Defesa, prática que foi adotada de forma ininterrupta nos governos chefiados por Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e que foi recentemente retomada pela nova gestão do governo federal iniciada em janeiro de 2023.

Para além da criação do Ministério da Defesa, igualmente se destacam, na consecução do mesmo propósito: **(i)** a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/1995), encarregada de elucidar o paradeiro de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de suas atividades políticas no período compreendido entre 2.9.1961 e 15.8.1979, que engloba predominantemente o período da ditadura militar; **(ii)** a regulamentação do art. 8º do ADCT e a criação da Comissão de Anistia (Lei 10.559/2002), encarregada de examinar os requerimentos de anistia nos casos de comprovada perseguição política ocorridos no período compreendido entre 18.9.1946 e 5.10.1988; **(iii)** a implantação, por meio da Lei Complementar 136/2010, do Livro Branco

de Defesa Nacional, “documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor” e da obrigação de encaminhamento ao Congresso Nacional, em periodicidade quadrienal, da Política de Defesa Nacional, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, §§1º e 3º na redação que lhes foi conferida pela Lei Complementar 136/2010); e (iv) a instituição da Comissão Nacional de Verdade (Lei 12.528/2011), encarregada de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período compreendido entre 18.9.1946 e 5.10.1988.

Todas as iniciativas citadas, dentre inúmeras outras, inserem-se em um propósito maior – ainda não concluído – de submissão da atividade militar ao controle civil. **Projeto de Estado que, como se vê, foi levado a cabo por subsequentes gestões do Governo Federal, em esforço suprapartidário.**

Tais medidas consubstanciam mudança de postura que, como bem nos relembra José Murilo de Carvalho, pressupõe efetiva alteração de perspectiva sobre a questão das Forças Armadas – tema que, em um regime genuinamente democrático, deve deixar de ser tido como um problema militar ou civil e passar a ser concebido como um problema nacional (CARVALHO, José Murilo de. Militares e civis: um debate para além da Constituinte. In: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, ed. atualizada e revisada, 2019. pp. 214-234).

São medidas que se inserem em um contexto não de acirramento ou revanchismo político, mas de **aprofundamento do projeto constitucional de 1988 e de concretização de suas diretrizes**, tais como a preponderância do poder civil na condução da política nacional, o direito à anistia e o direito à verdade e memória em face de graves violações de direitos humanos (ADCT, art. 8º).

De 2013 em diante, contudo, tem se observado um paulatino processo de reintrodução do protagonismo político das altas cúpulas militares, em nítida reedição de práticas cuja incompatibilidade com a Constituição hoje nós podemos perceber com inequívoca clareza.

Todo esse processo se deu, a meu ver, na esteira de uma exacerbada expansão do papel das Forças Armadas nas ações de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLOs).

A esse respeito, levantamento elaborado pelo próprio Ministério da Defesa dá conta que, entre 1992 e 2022, as Forças Armadas foram empregadas em nada mais nada menos que 145 GLOs, em cenários que vão desde a garantia da tranquilidade do processo de votação e apuração eleitoral, em atendimento ao disposto no inciso XIV do art. 23 do Código Eleitoral, mas que também englobam a crescente atuação das Forças Armadas em atividades próprias esfera de atuação dos governos estaduais, tais como situações de descontrole da segurança pública em virtude de greves das polícias militares estaduais ou mesmo em decorrência da própria escalada das atividades de criminalidade organizada (Ministério da Defesa. **Histórico de Operações de GLO 1992-2022**. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/1-metodologia-de-estudo.pdf).

Particularmente sintomática dessa expansão de atividades das Forças Armadas é a situação observada no Estado do Rio de Janeiro, em que, de 2014 em diante, observou-se o repetido emprego de tropas militares em operações de pacificação de diferentes comunidades. Semelhantes operações foram realizadas nos Estados do Espírito Santo, da Bahia e do Mato Grosso do Sul, sempre por meio de GLOs.

A toda evidência, o que se verificou foi um crescente e preocupante avanço das Forças Armadas no exercício de atribuições que, em países de tradição democrática, são realizadas exclusivamente por instituições civis, **o que se deu mediante um progressivo e vertiginoso aumento do número de ações de garantia da lei e da ordem, denotando evidente excesso no emprego do expediente, que somente se justifica diante do esgotamento das instituições elencadas no art. 144 da Constituição.**

Em paralelo a esse crescimento no emprego das GLOs, igualmente se observou um processo de alargamento das competências da Justiça Militar. Refiro-me especificamente às mudanças realizadas nos seguintes eixos da legislação processual penal: **(i)** ampliação do conjunto de atribuições das Forças Armadas que, por definição legal, constituem atividades propriamente militares (art. 15, §7º, da Lei Complementar 97/1999, na redação dada pela Lei Complementar 136/2010); **(ii)** atribuição de competência à Justiça Militar da União para julgamento de militares das Forças Armadas por crimes dolosos contra a vida de civil (art. 9º, §2º, do Código Penal Militar, na redação dada pela Lei 13.491/2017); e **(iii)** outorga de competência à Justiça Militar para julgamento não apenas de crimes previstos no Código Penal Militar, mas também de delitos tipificados no Código Penal Comum e na legislação especial (art. 9º, II, do

Código Penal Militar, após alterações feitas pela Lei 13.471/2017).

A utilização exacerbada das GLOs na resposta a problemas de competência dos órgãos elencados no art. 144 da Constituição justificou a ampliação de competência da Justiça Militar e, a meu ver, serviu de sustentáculo para conferir densidade à despropositada construção teórica segundo a qual o art. 142 da Constituição autorizaria as Forças Armadas a atuarem com espécie de Poder Moderador.

É bem verdade que esse processo não pode ser atribuído exclusivamente a pretensões corporativas ou de cunho político das Forças Armadas. **Com ele contribuíram, por ação ou omissão, diversas autoridades civis.** A preferência pela utilização das GLOs ao invés da construção de soluções efetivas e duradouras no campo da segurança pública; a invocação de GLOs sem o devido critério; a inação do poder público diante de situações flagrantemente ilegais – como é o caso das greves de polícias militares – até que a situação se torne insustentável (e a tentativa de anistiar os envolvidos após a cessação dos motins); bem como o abandono do costume constitucional de nomeação de civis para os cargos de Ministério, em especial para o Ministério da Defesa, são exemplos de comportamentos atribuíveis a um grande contingente de autoridades civis que concorreram para o processo de politização das Forças Armadas.

O próprio Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de rechaçar esse tipo de expediente, como fizemos no julgamento da **ADI 4869/DF** (Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 17.6.2022), em que pronunciamos a inconstitucionalidade parcial da Lei 12.505/2011, com as alterações incluídas pela Lei 13.293/2016, por meio da qual houvera sido concedida anistia aos policiais e bombeiros militares do Acre, de Alagoas, do Amazonas, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, da Paraíba, do Paraná, de Pernambuco, do Piauí, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participação em movimentos grevistas.

Nada obstante, fortalecidas pelas novas atribuições exercidas pelas Forças Armadas, as altas cúpulas militares reivindicaram para si um maior protagonismo político. **Do alto de suas pretensões de poder, chegaram ao descabro de tentar constranger até mesmo este Supremo Tribunal Federal no exercício de suas competências constitucionais.**

Refiro-me, em particular, à declaração veiculada em 3.4.2018 pelo General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, então Comandante do

Exército Brasileiro, a propósito do julgamento do HC 152.752/PR, que seria finalizado no dia seguinte e no qual se discutia a constitucionalidade da execução da pena de prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Na véspera do julgamento, o então Comandante do Exército utilizou-se de sua conta na rede social *Twitter* para dirigir ameaça velada ao Supremo Tribunal Federal: *“Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais? Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”*

O propósito confessado da mensagem era o de constranger a Corte; outra não pode ser a conclusão quando o próprio emissor a qualifica como um “alerta”. Igualmente confessado é o fato de que o texto da mensagem foi discutido pela cúpula do Exército. Os envolvidos conscientemente reconheciam a gravidade do que estavam fazendo. Nas palavras eufemísticas do próprio General Villas Bôas: *“tínhamos a consciência de estarmos realmente tangenciando o limite da responsabilidade institucional do Exército”* (CASTRO, Celso (org.). **General Villas Bôas: conversa com o comandante.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021).

Por ocasião do referido julgamento, foi o Ministro Celso de Mello quem melhor apreendeu a gravidade das declarações e da despudorada tentativa de constrangimento desta Suprema Corte. Suas palavras acerca do episódio, por sua própria eloquência, merecem ser recuperadas e transcritas:

Alguns pronunciamentos manifestados no dia de ontem (03/04/2018), especialmente declarações impregnadas de insólito conteúdo admonitório **claramente infringentes do princípio da separação de poderes**, impõem que se façam breves considerações a respeito desse fato, até mesmo em função da altíssima e digníssima fonte de que emanaram. [...]

Em situações tão graves assim, costumam insinuar-se pronunciamentos ou registrar-se **movimentos que parecem prenunciar a retomada, de todo inadmissível, de práticas estranhas (e lesivas) à ortodoxia constitucional, típicas de um pretorianismo que cumpre repelir, qualquer que seja a modalidade que assumam:** pretorianismo oligárquico,

pretorianismo radical ou pretorianismo de massa (SAMUEL P. HUNTINGTON, "Pretorianismo e Decadência Política", 1969, Yale University Press).

A nossa própria experiência histórica revela-nos – e também nos adverte – que insurgências de natureza pretoriana, à semelhança da ideia metafórica do ovo da serpente (República de Weimar), descaracterizam a legitimidade do poder civil instituído e fragilizam as instituições democráticas, ao mesmo tempo em que desrespeitam a autoridade suprema da Constituição e das leis da República!

Já se distanciam no tempo histórico os dias sombrios que recaíram sobre o processo democrático em nosso País, em momento declinante das liberdades fundamentais, quando a vontade hegemônica dos curadores do regime político então instaurado sufocou, de modo irresistível, o exercício do poder civil.

É preciso ressaltar que a experiência concreta a que se submeteu o Brasil no período de vigência do regime de exceção (1964/1985) constitui, para esta e para as próximas gerações, marcante advertência que não pode ser ignorada: as intervenções pretorianas no domínio político-institucional têm representado momentos de grave inflexão no processo de desenvolvimento e de consolidação das liberdades fundamentais. Intervenções castrenses, quando efetivadas e tornadas vitoriosas, tendem, na lógica do regime supressor das liberdades que se lhes segue, a diminuir (quando não a eliminar) o espaço institucional reservado ao dissenso, limitando, desse modo, com danos irreversíveis ao sistema democrático, a possibilidade de livre expansão da atividade política e do exercício pleno da cidadania.

Tudo isso é inaceitável, Senhora Presidente, porque o respeito indeclinável à Constituição e às leis da República representa limite inultrapassável a que se devem submeter os agentes do Estado. (HC 152752/PR, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, DJe 26.6.2018 – grifo nosso)

Todo esse processo de crescente protagonismo político das altas cúpulas militares apenas se aprofundou com a eleição de Jair Bolsonaro, ele próprio capitão do exército reformado, à Presidência da República – para com a qual, como bem demonstra o especialista Fabio Victor, militares concorreram das mais variadas formas (VICTOR, Fabio. **Poder**

camuflado: Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022).

No governo Bolsonaro, militares ocuparam um sem número de cargos públicos na estrutura do Governo Federal. Em alguns casos, militares da ativa assumiram funções não eletivas de evidente natureza política, como é o caso do cargo de Ministro de Estado em pastas não afeitas aos assuntos militares, sem se transferirem à reserva – **prática que, apesar de não ter sido expressamente vedada pelo texto constitucional, certamente desafia a Constituição, pois atividades como a articulação política e a atividade de teor ideológico ou partidário são incompatíveis com o ofício militar.**

Outro episódio que bem demonstra os impactos nocivos da politização das Forças Armadas diz respeito ao papel por elas desempenhado no esforço de suposta fiscalização das Eleições de 2022. Admitidas em setembro de 2021 pelo Ministro Roberto Barroso, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como integrantes da Comissão de Transparência das Eleições instaurada junto àquela Corte Superior, as Forças Armadas buscaram, a todo momento, lançar dúvidas sobre a lisura e a integridade do processo eleitoral.

Ao Presidente Barroso remeteram oitenta questionamentos sobre o processo eleitoral, todos devidamente respondidos. Ao Ministro Edson Fachin, seu sucessor na Presidência do TSE, encaminharam nove “recomendações” – **todas fora do prazo estabelecido para o encaminhamento de questionamentos e sugestões**, mas, nada obstante, devidamente respondidas.

Ao final do processo eleitoral, encaminharam ao TSE “relatório de fiscalização” que, apesar de não ter sido capaz de apontar um único indício sequer de fraude, “*não excluiu a possibilidade da existência de fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral de 2022*”.

O comportamento das Forças Armadas na alegada fiscalização do processo eleitoral de 2022 era apenas aparentemente inusitado. O registro audiovisual de reunião ministerial ocorrida em 5.7.2022, tornado público por decisão do Ministro Alexandre de Moraes nos autos da **Pet. 12.100/DF** bem atesta o que estava por trás da atuação das Forças Armadas (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GyHSGwWZnq0>).

Nas imagens hoje tornadas públicas, é possível observar o General Paulo Sérgio Nogueira, então Ministro de Defesa e responsável pela aprovação do malfadado “relatório de fiscalização”, afirmar que a atuação das Forças Armadas no âmbito da CTE/TSE representava estar “na linha

de contato com o inimigo” (a partir de 1h3m30s). Em outro momento, ainda a propósito da atuação junto à CTE/TSE, o então Ministro da Defesa deixa clara sua lealdade e alinhamento ideológico: “*Nós estamos juntos, presidente*” (por volta de 1h1m20s).

Por tudo isso, agiu de forma absolutamente escorreita o Plenário do TSE ao excluir as Forças Armadas do rol de entidades fiscalizadoras do sistema eleitoral (Resolução-TSE 23.722/2023). **Como agora podemos perceber de forma clara, o intuito da participação das Forças Armadas dentre as entidades credenciadas como fiscalizadoras das eleições nunca foi o de verificar e contribuir para com a lisura do processo eleitoral. Ao invés, agiram a reboque de um movimento que buscava descredibilizar o sistema eleitoral de modo a propiciar a consecução de propósitos políticos escusos. Tratou-se de uma operação de assédio à Justiça Eleitoral absolutamente inadmissível e incompatível com a ordem constitucional.**

O resultado final desse processo é por todos conhecido. Após a derrota eleitoral de Bolsonaro no pleito pela reeleição em 2022, hordas ensandecidas permaneceram acampadas na frente de quartéis exigindo “*intervenção militar constitucional*” com alegado fundamento no art. 142 da Constituição.

A tentativa abjeta e infame de invasão das sedes dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023 não será devidamente compreendida se dissociada desse processo de retomada do protagonismo político das altas cúpulas militares. A apuração de responsabilidades, inclusive de caráter institucional, é medida que se impõe e que será ultimada pelo Poder Judiciário.

Bem vistas as coisas, é na ambiência desse processo de indevida politização das Forças Armadas que a pitoresca interpretação do art. 142 da Constituição combatida nestes autos é recuperada e instrumentalizada de modo a subsidiar tentativas de subversão do Estado Democrático de Direito. **A rejeição veemente dessa interpretação inconstitucional por esta Suprema Corte se mostra não somente oportuna como imperativa.**

Como bem pontificou o professor João Paulo Bachur em escrito recente, o texto do art. 142 da Constituição não impõe ao intérprete nenhuma espécie de dificuldade hermenêutica: “*a reivindicação de que as Forças Armadas atuem como uma espécie de poder moderador não está no texto constitucional*”, de modo que “*é impossível argumentar que a Constituição comportaria o manejo das Forças Armadas contra qualquer um dos poderes constitucionais ou acima deles*”.

Assim, a celeuma em torno do art. 142 da Constituição “*não é hermenêutica, mas política. Não se trata de interpretar o art. 142, mas de disputar seu conteúdo. A retórica que reivindica no art. 142 a capacidade de que as Forças Armadas arbitrem conflitos entre os poderes em nome da garantia da lei e da ordem se alimenta do histórico de tutela militar da vida democrática brasileira*” (BACHUR, João Paulo. **Democracia e Forças Armadas no Brasil: O art. 142 da Constituição nos 60 anos do golpe militar**. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/observatorio-constitucional/democracia-e-forcas-armadas-no-brasil-31032024>).

A hermenêutica da baioneta não cabe na Constituição. A sociedade brasileira nada tem a ganhar com a politização dos quartéis e tampouco a Constituição de 1988 o admite.

Em condições normais, a garantia da lei e da ordem cabe aos órgãos elencados no art. 144 da Constituição. Somente em situações excepcionais cumpre às Forças Armadas, em caráter subsidiário e condicionado à iniciativa prévia dos poderes constitucionais, realizar qualquer espécie de incursão no campo da garantia da incolumidade das pessoas, do patrimônio e da ordem pública, sempre dentro dos limites da lei e sob a supervisão dos poderes constituídos, em especial do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

As considerações acima demonstram, à sociedade, que, diante dos riscos postos, o País não pode deixar de proceder às reformas que o sistema normativo está a demandar.

Por tudo isso, com razão o eminente Relator quanto à necessidade de se julgar parcialmente procedente a presente ação direta de modo a interpretar os dispositivos impugnados conforme à Constituição e assentar que:

(i) A missão institucional das Forças Armadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem não acomoda o exercício de poder moderador entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

(ii) A chefia das Forças Armadas é poder limitado, excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes, relacionando-se a autoridade sobre as Forças Armadas às competências materiais atribuídas pela Constituição ao Presidente da República;

(iii) A prerrogativa do Presidente da República de autorizar o emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria

ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos outros poderes constitucionais – por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados –, não pode ser exercida contra os próprios Poderes entre si;

(iv) O emprego das Forças Armadas para a “garantia da lei e da ordem”, embora não se limite às hipóteses de intervenção federal, de estados de defesa e de estado sítio, presta-se ao excepcional enfrentamento de grave e concreta violação à segurança pública interna, em caráter subsidiário, após o esgotamento dos mecanismos ordinários e preferenciais de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, mediante a atuação colaborativa das instituições estatais e sujeita ao controle permanente dos demais poderes, na forma da Constituição e da lei.

Incorporo, igualmente, a ressalva veiculada pelo Ministro Flavio Dino em seu voto, no sentido de acrescentar a *“determinação de que, além da Advocacia Geral da União, a íntegra do Acórdão seja enviada ao Exmo. Ministro de Estado da Defesa, a fim de que – pelos meios cabíveis – haja a difusão para todas as organizações militares, inclusive Escolas de formação, aperfeiçoamento e similares”*.

A meu ver, trata-se de medida que, além de apenas aprofundar as conclusões do eminente Relator, se mostra salutar tendo em vista a proliferação, acima descrita, de atos que indicam indevida politização das Forças Armadas.

Com essas considerações, acompanho o voto do eminente Relator, Ministro Luiz Fux, por seus próprios e judiciosos fundamentos, ao mesmo tempo em que também incorporo a ressalva feita pelo Ministro Flavio Dino em seu pronunciamento.

É como voto.